

Maria Izabel Machado  
(Organizadora)

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade

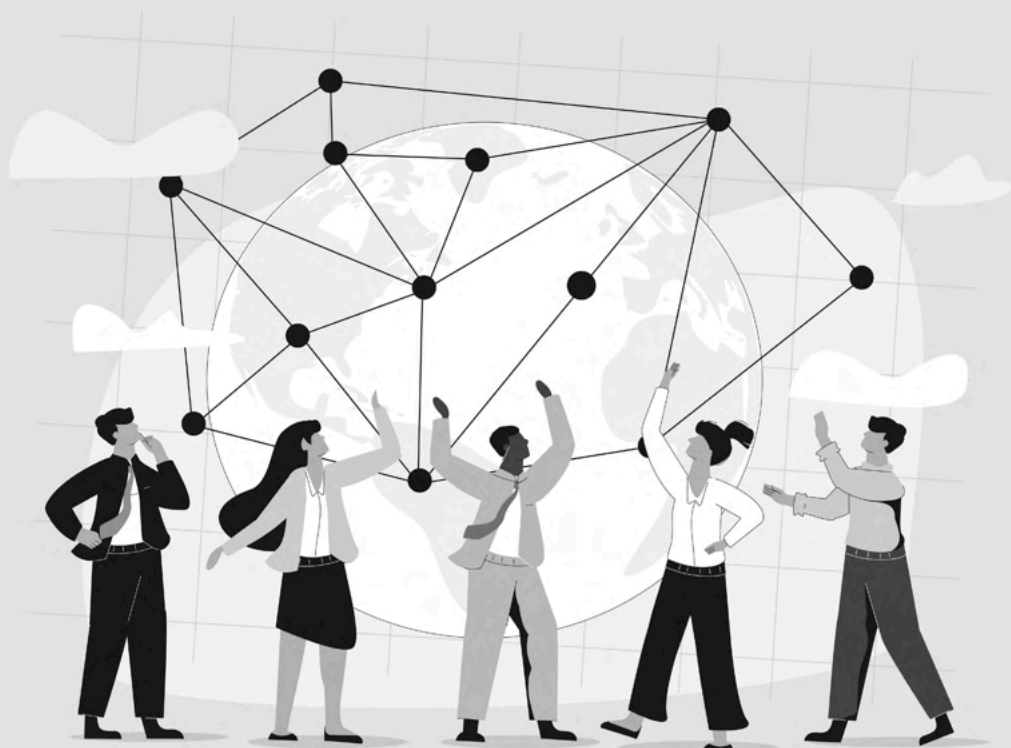




Maria Izabel Machado  
(Organizadora)

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade

**Diagramação:** Bruno Oliveira  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Maria Izabel Machado

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade / Organizadora  
Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena,  
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0025-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.257220104>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).

II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o tempo.

Não apenas como evidência cronológica, mas como a matéria das recorrências e rupturas, o passar do tempo “embrulha tudo”, como bem definiu Guimarães Rosa. No nosso caso ele é fio condutor nas reflexões que se seguem sobre direitos, partidas, chegadas, acessos e interditos.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

CONTRIBUTOS SPINOZANOS À CRÍTICA AO CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL


Rogério Pacheco Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201041>

### **CAPÍTULO 2..... 16**

PERIFERIA URBANA Y DESIGUALDADES TERRITORIALES: CAPITAL SOCIAL, COMUNIDAD CÍVICA EN COMUNIDADES RURALES CONURBADAS (LEÓN, GUANAJUATO, MÉXICO)

María del Carmen Cebada Contreras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201042>


### **CAPÍTULO 3..... 30**

MENINOS EM RISCO NA AMAZÔNIA: MODELOS DE CONDUTA DESVIANTE DE JOVENS NA GESTÃO SOCIAL

Jadson Fernandes Chaves

Elizabeth Reis


Josimar Souza Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201043>

### **CAPÍTULO 4..... 47**

DA MISSÃO DE PAZ À EXCLUSÃO NO “PAÍS EM PAZ”: A NEGAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE “RESISTÊNCIA” POR MIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2016-2017)


José Vitor Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201044>

### **CAPÍTULO 5..... 66**

ANTECIPAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS E MERCADO DE TRABALHO: (IR)RELEVÂNCIA DOS STAKEHOLDERS ACADÊMICOS


Ana Paula Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201045>

### **CAPÍTULO 6..... 78**

ECONOMIA CIRCULAR À MODA BRASILEIRA”; UM ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DA INTERFACE ENTRE ECONOMIA CIRCULAR E BEM VIVER


Marcos Paulo Marques Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201046>

### **CAPÍTULO 7..... 100**

MECANISMOS DE EXCLUSÃO DIGITAL E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Maria Lúcia de Paula Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201047>

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>114</b>
FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SUL GLOBAL: ESTUDO DE CASO NO RIO DE JANEIRO Beatriz Castelo Branco Maciel	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201048">https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201048</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>123</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>124</b>

# CAPÍTULO 4

## DA MISSÃO DE PAZ À EXCLUSÃO NO “PAÍS EM PAZ”: A NEGAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE “RESISTÊNCIA” POR MIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2016-2017)

*Data de aceite: 01/03/2022*

**José Vitor Barros**

Universidade de São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio da comparação de entrevistas e conversas com diferentes atores (migrantes, militares, moradores locais etc.), por que haitianos entrevistados na cidade de São Paulo negavam sofrer discriminação. A pesquisa de campo (2016-2017) foi conduzida a partir de entrevistas em profundidade e do método de observação etnográfico, cujos resultados foram analisados à luz da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu. Igualmente, a identidade de todos os migrantes entrevistados será protegida. Comprova-se a hipótese levantada de que a negação da discriminação se dá enquanto estratégia de “resistência” (categoria nativa) dos migrantes, os quais apreendem previamente um discurso, visto como legítimo, que retrata o Brasil como um país livre de tensões raciais, discurso esse reproduzido pelas Forças Armadas brasileiras durante a MINUSTAH (Missão de Paz para a Estabilização do Haiti) (2004-2017). Isso é demonstrado no capítulo. Assim, os migrantes se privam de retratar a violência a que estão submetidos para evitar constrangimento e potenciais entraves, advindos de uma afirmação da discriminação, por parte de sujeitos que não vejam tal reivindicação enquanto legítima.

**PALAVRAS-CHAVE:** MINUSTAH; migração haitiana; discriminação; racismo; resistência.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze, through the comparison of interviews and conversations with different actors (migrants, military personnel, local residents, etc.), why Haitian migrants interviewed in the city of São Paulo denied suffering discrimination. The fieldwork (2016-2017) was conducted using in-depth interviews and the ethnographic observation method. The results were analyzed in the light of Pierre Bourdieu’s reflexive sociology. Likewise, the identity of all the migrants interviewed was protected. The raised hypothesis goes as follows: the self-denial of discrimination occurs as a strategy of “resistance” (indigenous category) by migrants, who previously apprehend a discourse, seen as legitimate, that portrays Brazil as a country free of racial tensions. This discourse was reproduced by the Brazilian Armed Forces during MINUSTAH (Peacekeeping Mission for the Stabilization of Haiti) (2004-2017). The hypothesis was confirmed. Thus, migrants refrain from portraying the violence to which they are subjected to avoid embarrassment and potential obstacles that could be aroused by people who do not see such claims as legitimate.

**KEYWORDS:** MINUSTAH; Haitian migration; discrimination; racism; resistance.

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Esse capítulo versa sobre as estratégias adotadas por migrantes haitianos na cidade de São Paulo entre 2016 e 2017 – quando foi realizado o trabalho de campo de minha Iniciação Científica –, assim como sobre as percepções do fenômeno migratório por parte desses migrantes. A partir de janeiro de 2010, quando um abalo sísmico de grau 7 na escala Richter<sup>2</sup> ocorreu no Haiti, tendo seu epicentro a apenas 25 km de Porto Príncipe, capital do país, um grande fluxo de migrantes haitianos se iniciou com destino ao Brasil. Esse terremoto destruiu a maior parte da cidade e precarizou ainda mais a situação do país, considerado um “Estado-falido” (cf. HELLMAN; RATNER, 1992) e ocupado pelas Nações Unidas (MINUSTAH) desde 2004 (REDIN; BARBOSA, 2014, p.13-14; CORREA, 2015, p.230-231). São os sujeitos advindos desse Haiti que se pretendeu estudar. Entretanto, estudar os haitianos na cidade de São Paulo é um objetivo um tanto quanto amplo e ousado, mesmo à época, quando a literatura especializada era consideravelmente menor. A questão era demasiado ampla para ser abordada em abstrato. Por isso, ao invés de encarar o sol, resolvi olhar para baixo e estabelecer um recorte para análise: a questão da discriminação. Ao entrevistar migrantes haitianos, percebi que a grande maioria deles, para minha surpresa, negava sofrer discriminação de qualquer tipo uma vez em território brasileiro. Todavia, ao conversar com moradores locais da região do Glicério (São Paulo – SP) onde conduzi as entrevistas, conhecida à época por ser repleta de migrantes haitianos, esses me atestavam com firmeza a presença de discriminação contra migrantes. Havia, então, uma situação no mínimo curiosa, e é acerca dessa aparente contradição que esse trabalho se constrói.

*Comprova-se, aqui, a hipótese levantada para explica-lo: os migrantes haitianos internalizaram um discurso produzido por outrem (os missionários brasileiros da MINUSTAH<sup>3</sup>), visto como legítimo, o qual estabelece um Brasil livre de tensões raciais e, pois, sem discriminação, e o reproduzem – por mais que ele contradiga suas experiências – de modo a evitar constrangimento e potenciais empecilhos oriundos de serem vistos como ingratos ou agitadores em sua nova vida na sociedade receptora.*

Este texto sofreu algumas modificações, adições e cortes se comparado ao relatório final apresentado em 2017, mas nada que descaracterizasse o apresentado anteriormente. Por isso, faltam referências mais contemporâneas e um debate com o acontecido no Brasil de lá para cá. Em todo caso, acredito que os achados de pesquisa, apresentados como foram à época – no que pese marcas admitidas da inexperiência –, sustentam a prosa

---

1 Devo agradecer a Mônica de Carvalho pela fantástica orientação durante a Iniciação Científica, pela constante ajuda, pelas conversas, indicações de leitura e por valiosas lições de como ir a campo. Também, agradeço a Missão Paz que me permitiu conduzir entrevistas em seu pátio, assim como ao CEPE-PUC-SP por financiar a pesquisa que deu origem a este capítulo. Por fim, não posso deixar de agradecer à FAPESP por financiar minha formação como pesquisador e minha pesquisa atual (nº de processo: 2021/02568-0).

2 Ou seja, considerado “muito forte”.

3 Da sigla em francês para Missão de Paz para a Estabilização do Haiti (2004-2017), missão que foi criada no âmbito das Nações Unidas e liderada pelo Brasil.

das páginas a seguir e dão algum substrato a futuras discussões que queiram reconstruir os desenvolvimentos recentes da migração haitiana no Brasil quanto à discriminação ou que se engajem com o papel das Forças Armadas e sua visão de mundo na vida nacional brasileira. Igualmente, o texto serve como um relato de pesquisa fiel à experiência de um pesquisador iniciante, gênero que dificilmente encontra espaço nas páginas de periódicos, embora seja bastante útil a outros pesquisadores de primeira viagem em busca de referências comparáveis a si que lhes permitam aquilatar sua própria prosa e seus próprios resultados.

Quanto à estrutura do capítulo, antes de tudo, há uma breve reflexão metodológica. Nela, conto, em linhas gerais, como foi realizado o campo, assim como as dificuldades que lá enfrentei, junto ao aprendizado metodológico que levei comigo ao final dessa pesquisa. Igualmente, faço algumas considerações gerais que me ajudaram a pensar sobre o estudo de migrações e localizo o referencial por meio do qual essa pesquisa se construiu. Por sua vez, na seção seguinte, *Narrativas sobre o “País em Paz”*, exponho os resultados obtidos com o trabalho de campo. Primeiro, o discurso difundido pelas forças de paz brasileiras que clama uma excepcionalidade do *missionário* brasileiro, a *Brazilian way of peacekeeping*, que adviria de nosso tecido social miscigenado, acostumado à pobreza e sem tensões raciais. Então, analiso as entrevistas em profundidade (10) e informais (18) conduzidas com migrantes haitianos a partir desse recorte. Observamos um certo eco do discurso dos missionários presente no discurso dos haitianos, de onde vem nossa hipótese. Por fim, encontramos o já supracitado paradoxo da discriminação, no qual os haitianos negam sofrer discriminação, ao passo que os perpetradores dessa, os moradores locais, reconhecem que ela existe. Na última seção, *A questão da discriminação: a negação do inegável enquanto estratégia de resistência*, defendo a hipótese construída para pensar o porquê do paradoxo da discriminação. Dado o encontro diário com a fronteira, com a alteridade, que se traduz por meio da língua alheia, dos olhares, da discriminação e demais dificuldades do processo migratório, os migrantes, cientes de sua posição na estrutura social, privam-se de atestar a situação de violência a que são submetidos de modo a evitar mais entraves a sua vida na sociedade receptora, ou seja, utilizam a negação da discriminação enquanto estratégia. Inteligentes, e vulneráveis, negam a violência de modo a prevenir potenciais retaliações advindas de sua afirmação.

## **METODOLOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CAMPO, OS CONCEITOS E O MÉTODO**

Como diz Bourdieu (2014 [1992], p. 56), o cientista social deve operar sempre por meio de uma *objetivação participante*, ou seja, ter ciência de que toma por objeto fenômenos de que participa e, por isso, que sua própria posição em relação ao objeto influi em sua percepção sobre esse mesmo objeto; na análise social, o *ideal* a ser perseguido

é a capacidade de conseguir *romper* com o objeto e tentar apreender o “jogo”, não como um dos jogadores, mas sim por meio de uma visão global, externa, num exercício continuamente reflexivo. Para fazê-lo, é importante ter em mente que toda *migração* — sem prefixo — é referente a pelo menos três grupos: o da sociedade natal, o dos migrantes e o da sociedade receptora (SAYAD, 1998 [1991], 2000). A, para mim e para os demais brasileiros, *i*-migração haitiana já havia influenciado na minha percepção dos fenômenos sociais a ponto de escolhê-la como tema de pesquisa; a migração, e sua representação, já agia sobre mim, agora era hora de rompê-la e tentar agir sobre ela — constituir, enfim, uma *objetivação participante*. A sociedade receptora está tão envolvida na questão migratória quanto o migrante (*ibidem*) — por mais que não saiba como é a realidade de vivenciar a migração enquanto migrante, constrói sentidos sobre ela, os quais vão estruturar a ação social; ou seja, para compreender, mesmo que parcialmente, a migração era necessário (i) romper, nos termos de Bourdieu et al. (1999), com o objeto, isto é, objetivá-lo a partir de seu respectivo espaço e (ii) ir além do migrante, pois não raro os migrantes são a força social mais silenciada na disputa sobre o sentido da própria migração (JOHNSON, 2016). Ainda nessa esteira, outro erro seria não perceber de início que não há *uma* representação coletiva unívoca e dominante, mas sim que há uma *disputa de sentido* envolvida em sua produção, na qual há várias forças sociais agindo simultaneamente com os mais diversos interesses; assim como *não* perceber que *não* há *uma* realidade sobre a migração. Para compreender a migração haitiana como fenômeno social, precisei também acessar seus outros produtores de sentido que não os migrantes.

Entretanto, isso não significa que o eixo dessa pesquisa tenha se deslocado da perspectiva do migrante. Pelo contrário, foi a partir dos indicativos dela e das relações que essa estabelece objetivamente com os outros atores do espaço social que partimos. Entendendo que o discurso mobilizado pelo migrante para responder minhas perguntas não estava contido apenas na fala do migrante — e nem era produzido por ela — e sabendo da existência de relações assimétricas de poder, ou seja, de que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de *manter a ordem* ou de subvertê-la, é a *crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras*” (BOURDIEU, 2014a, p.11, grifos meus), percebi que deveria buscar os produtores desse discurso e estudar a relação de forças entre produtores e reprodutores e sua materialização na tradução e incorporação de códigos sociais, o que será retomado mais à frente.

Para além do refinamento das categorias de análise e da concomitante construção do objeto, é digno de nota que encontrei inicialmente certa dificuldade graças às condições disponíveis para o campo. Desde o princípio, a Missão Paz e suas dependências foram o *locus* onde pude entrar em contato com os migrantes, todavia em uma situação muito particular. Do *boom* da migração haitiana de 2010 até 2018, a Missão Paz teve seu papel acentuado pelas necessidades de acolhimento desses migrantes, o que a levou, com o

auxílio do Ministério Público de São Paulo, que doou o dinheiro arrecadado com uma multa por trabalho escravo à Missão, a constituir um eixo responsável apenas pela questão do trabalho. Dentre outras atribuições, esse eixo realizava em 2016 e 2017 às terças e quintas-feiras, no início da tarde, uma mediação entre empregadores e potenciais empregados (migrantes), de modo que os migrantes se acumulavam desde cedo no pátio da Missão esperando a abertura dos portões da mediação. É nesse cenário que minhas entrevistas, conversas informais, observações etc. se deram, o que obviamente traz dificuldades, principalmente graças à escolha metodológica pelas entrevistas em profundidade. Conversar por cerca de uma hora — o quanto geralmente levava para percorrer o roteiro, mais perguntas e divagações adicionais — nos degraus estreitos de uma escada que dá acesso a uma igreja, a céu aberto, em meio a uma miríade de distrações e, com o passar das horas, a iminência da abertura dos portões para a mediação, o fim último de todos os presentes com a minha exceção, limitou em muito as pretensões do método, que queria se aproximar da História Oral.

Todavia, apesar dos constrangimentos do espaço físico, ambicionou-se com sucesso construir um diálogo fluido com o entrevistado, de modo a que este constituísse, a partir dos eixos definidos pelo pesquisador (i.e, as perguntas), uma narrativa, um fluxo de consciência, escolhendo o que dizer de acordo com sua percepção de prioridade e/ou memória. A partir desses fluxos — ou melhor, da *comparação* dos fluxos — que prosseguiu a análise, de forma a encontrar pontos de recorrência que, múltiplos, constituem ao mesmo tempo uma representação coletiva e um discurso migrante por sobre a própria migração. Por meio dessa metodologia, tomamos o migrante enquanto *autor*, entendendo-os não enquanto “objetos cegos, mudos e passivos, mas enquanto sujeitos ativos, engajados e importantes (*meaningful*)” (JOHNSON, 2016, p. 389). Entretanto, visando preservar suas identidades entendendo a situação de vulnerabilidade em que se encontram, omitimos os nomes de todos os 28 migrantes abordados – 10 que me deram entrevistas completas e outros 18 cujo contato se deu por conversas informais não gravadas – e os substituímos por nomes fictícios.

Ainda, quanto em termos cronológicos e de divisão do roteiro, me inspirei principalmente na obra *A Caminho da Cidade* de Eunice Durham (1978) [1973], referência nos estudos urbanos e migratórios brasileiros. Do estudo, me apropriei, sobretudo, de sua subdivisão da migração em três momentos — divisão que, por sua vez, é inspirada em Eisenstadt:

“O **primeiro momento** corresponde à situação anterior à migração, onde se procuram analisar a natureza do equipamento cultural dos migrantes, as causas da migração e sua manifestação como motivação para migrar. [...] O **segundo momento** compreende a análise do processo de deslocamento espacial; e, finalmente, o **terceiro momento** inclui a investigação do migrante na nova situação e processo de integração dos contingentes migratórios às novas condições de vida sociocultural” (p. 11-12, grifos meus).

Pretendi expor até aqui as dificuldades encontradas no início do campo, o referencial que nos permitiu superá-las e as principais referências metodológicas para esta pesquisa, assim como à abordagem adotada para tratar da questão. Não obstante, ao longo das páginas seguintes, creio que tudo ganhará mais forma.

## **NARRATIVAS SOBRE O “PAÍS EM PAZ”**

Essa seção se subdivide em alguns movimentos. De primeira, ambiciono trabalhar o discurso incorporado pelos agentes da MINUSTAH<sup>4</sup> (2004-2017) por meio da análise do discurso do comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, país que liderou a missão. Depois, explorarei, a partir do recorte da discriminação, as entrevistas conduzidas com os migrantes haitianos e o que me foi revelado por moradores e transeuntes da região do Glicério (São Paulo, SP) quando, em conversas informais durante a condução do trabalho de campo, lhes indagava questões relacionadas à migração, o que pensavam sobre os migrantes e o que acreditavam que dificultava sua aceitação<sup>5</sup> na sociedade local. Para eles, a questão da discriminação era uma tônica recorrente – embora fosse negada por quase todos os haitianos entrevistados. Por fim, farei considerações sobre o relatado dos migrantes em contraposição às contribuições dos moradores locais e do discurso incorporado pelos agentes da MINUSTAH.

### **Os missionários brasileiros e sua excepcionalidade – the Brazilian way of peacekeeping**

O exército brasileiro desempenhou um papel central na vida sociopolítica do Haiti entre 2004 e 2017, quando se iniciou a MINUSTAH até seu fim. Maior contingente da missão e país que a liderou, durante sua duração, o Brasil obteve protagonismo ímpar em sua história de atuação em missões de paz. No entanto, essa ambição precede 2004, pois, de modo a desempenhar com mais eficiência seu papel e a atender normativas internacionais, o exército criou em 2001 o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), com a função de orientar o treinamento de todos os militares brasileiros designados às Missões de Paz. Em 2005, o centro foi rebatizado para Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz). Em 2010, por decisão do Ministério da Defesa, unificou-se o treinamento de todos os militares, tanto do exército quanto da marinha, e o CIOPaz passou a se chamar Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB),

---

4 A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti ou MINUSTAH (da sigla em francês para Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti), cujo comando foi dado ao Brasil, foi estabelecida em 30 de abril de 2004 por meio da resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), após quatro anos de ausência de forças das Nações Unidas, a pedido da Comunidade do Caribe (CARICOM), da OEA e do novo governo haitiano. A missão se encerrou em 2017.

5 Estou ciente das limitações do termo de “aceitação”, porém acredito que possa trazer uma carga menos dualista e mais crítica do que “inserção” ou “integração”. Os migrantes, sem sombra de dúvida, já estão inseridos/integrados às respectivas sociedades receptoras, porém numa condição que os reproduz, em termos gramscianos, como subalternos, ou seja, como aqueles que não podem ser ouvidos. Para maior aprofundamento sobre o conceito de “integração”, cf. Koser (2007, p. 24-27) e para uma discussão sobre o conceito de “subalterno” cf. Spivak (2010) [1988]. Voltaremos a essa questão na última seção.



com suas atribuições expandidas “para a preparação de militares e *civis*<sup>6</sup> brasileiros e de *nações amigas* a serem enviados em missões de paz”<sup>7</sup>.

Dado o papel que os militares brasileiros ocupam e a importância que o CCOPAB possui, tanto por treinar os *missionários* brasileiros, civis e militares, optou-se por escutar o que seus oficiais teriam a dizer sobre a MINUSTAH e sobre a atuação brasileira na missão. Para isso, participei de um *workshop* denominado *O Brasil e as Missões de Paz da ONU* promovido pelo próprio CCOPAB em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI-USP) nos dias 30 e 31 de maio de 2017 na cidade de São Paulo. É a partir do exposto e das conversas informais com os oficiais que obtivemos as informações que se seguem.

Para o Cel. Ramires (2017), à época comandante do CCOPAB, nossa “cultura ocidental” é o que mais nos aproxima do Haiti. Da mesma forma, o soldado brasileiro é capaz de atuar com maior efetividade em terreno haitiano por “já estar acostumado com a pobreza”. Ainda, continua ele, seríamos muito respeitados no exterior graças à quase ausência de abusos sexuais da MINUSTAH e isso se deve “porque somos um país cristão: vemos nossas mães, irmãs, filhas naquelas meninas”. A “boa relação” construída, segundo o coronel, se dava graças ao uso proporcional da força por parte das tropas da Missão e pela atuação humanitária das forças armadas brasileiras, que, muitas vezes, prestavam socorro aos haitianos em situação de risco. Isso facilitaria, por sua vez, a coleta de dados de inteligência, o que teria papel estratégico para o bom andamento da Missão.

No entanto, a especificidade maior do Brasil estaria, segundo o coronel, em nossa base social multiétnica e miscigenada, a qual geraria uma maior tolerância para com o diferente, somada a nossa habilidade de atuar em situações de pobreza, vivenciada no próprio Brasil. Ramires, então, reproduz, consciente ou inconscientemente, o discurso da democracia racial, de um país onde há ausência de tensões raciais e reina a tolerância. E mais: o prega aos haitianos e a quem queira ouvir, seja uma plateia de estudantes universitários ou a seus soldados e demais alunos no CCOPAB. É por isso que definem sua prática como *a Brazilian way of peacekeeping* – um jeito brasileiro especial de atuar em missões de paz, em tradução livre; uma suposta excepcionalidade do missionário brasileiro que adviria de seu treinamento, mas também de vir de uma sociedade multiétnica, sem tensões raciais e acostumada a lidar com a pobreza. Essa questão não é de modo algum secundária. Segundo o próprio coronel, a função do CCOPAB é “introjetar” nos soldados as “regras de engajamento” estabelecidas pela ONU. Dito de outra forma, é fazê-los incorporar um *habitus* próprio ao soldado de missão de paz, o qual, juridicamente, opera

---

6 Igualmente, o CCOPAB treina oficiais – e, eventualmente, civis – brasileiros que queiram se candidatar a cargos na ONU, assim como jornalistas para cobrir as missões e outros civis, graças a parcerias com instituições como Vale, Petrobrás, Odebrecht etc. Ou seja, é responsável pela instrução de boa parte da Missão, muito além das próprias forças armadas.

7 Cf. “Sobre o CCOPAB”. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Disponível em: <<https://goo.gl/G5Q1u2>>. Acesso em 30/07/2017. Grifos nossos.

sob uma doutrina militar distinta da do soldado convencional<sup>8</sup>. São componentes desse *habitus*<sup>9</sup> estruturas práticas voltadas a orientar o soldado quando age armado “até os dentes”, mas também quando age sem necessariamente guiar-se pelo perigo iminente da violência. É com base nele que os soldados se relacionaram com a população local de modo a obter, dentre outros, dados de inteligência. O que é internalizado no CCOPAB se materializa enquanto *senso prático*<sup>10</sup> do soldado missionário. Soldado que, geralmente, não tem sólida formação em humanidades. O mito da democracia racial, então, pode facilmente ser introjetado. Mais do que como utilizar armas, o CCOPAB imbuí nesses sujeitos uma lente muito particular sobre a sociedade brasileira e sobre a atuação do Brasil, muito bem expressa pelo discurso de seu comandante, o Coronel Ramires. Todavia, para além do coronel, já havia outros registros na literatura de declarações semelhantes por parte de altos oficiais do exército e do corpo diplomático brasileiro (cf. HIRST; NASSER, 2014).

Igualmente, é válido lembrar que o centro não treina apenas militares, como também civis a serviço de grandes empresas e potenciais funcionários das Nações Unidas, o que indica que, muito provavelmente, a capilaridade de seu discurso se expande tanto pela ação dos soldados, quanto pela de civis. Durante o trabalho de campo, também tive a oportunidade de conversar com duas funcionárias de agências da ONU que estiveram e trabalharam no Haiti<sup>11</sup>, que também reproduziram a ideia de um relacionamento especial entre os missionários brasileiros e a população local – ou, nas palavras do CCOPAB, a *Brazilian way of peacekeeping*. Ora, sabendo que o poder das palavras não está nelas contido, mas sim na legitimidade daquele que as enuncia (BOURDIEU, 2014a, p.11), não é de se estranhar que esse discurso dos militares ressoe também entre os haitianos. Os sujeitos entrevistados, geralmente, acabavam por mencionar em algum ponto o fato de o Brasil ser um país mais seguro que o Haiti, assim como um lugar onde não sofrem discriminação – *o Brasil, afinal, é um país multiétnico*, muitos migrantes, a semelhança do Cel. Ramires, argumentaram comigo; também “um país de [paz] e em paz”, nas palavras de um deles.

Ao que parece, segundo minha hipótese, os migrantes internalizam esse tipo de discurso antes de sua viagem e em solo brasileiro, o reproduzindo por considerá-lo legítimo, mesmo que eventualmente seja contraditório a sua experiência; verdades produzidas pela legitimidade daqueles que a formulam. Em outras palavras, de modo a evitar a quebra do fluxo de expectativas sociais, optam por omitir a sua própria situação de discriminados – a qual é expressa pelos moradores locais da região em que vivem –, temendo serem (mal)

---

8 De modo sintético, o capacete azul – como são conhecidos os soldados a serviço de missões das Nações Unidas – está submetido ao que se denomina doutrina azul, a qual tem como finalidade proteger a população local. Essa doutrina é complementar à doutrina verde, a tradicional da guerra, cuja finalidade é “eliminar o inimigo”. Entende-se que é impossível desvencilhar o soldado da doutrina verde, contudo ambiciona-se, com a doutrina azul, acoplar a ele novos “constrangimentos psicológicos” que modifiquem o *modus operandi* de sua ação.

9 Cf. Bourdieu (2014d).

10 Cf. Bourdieu (1994) [1980].

11 Escolhi por omitir também a identidade das funcionárias.

vistos enquanto ingratos por atacarem o discurso legítimo.

## Mas por que o Brasil?

“A porta tava aberta. A porta tava aberta pra receber estrangeiro”  
(Entrevista pessoal, São Paulo, 23 de maio de 2017).

De modo geral, todos os entrevistados mencionaram em algum ponto da entrevista o bom momento político-econômico que vivia o Brasil até 2014 enquanto determinante na sua escolha por esse destino, além da pouca dificuldade de entrada e o baixo índice de deportação do país. É, de fato, entre 2010 e 2015 que cresce acentuadamente o número de migrantes haitianos no país (vide Gráfico 1 e Tabela 1).

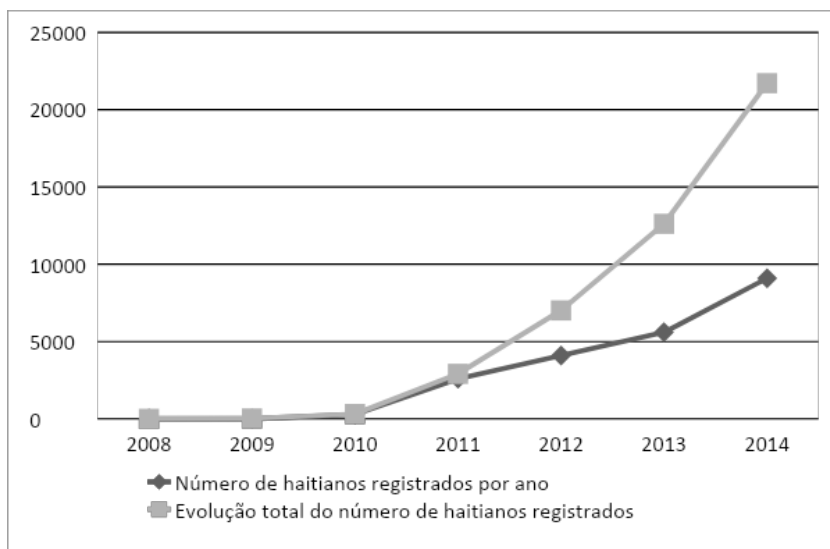


Gráfico 1: Evolução do número de haitianos registrados como permanentes no Brasil (2008-2014)

Fonte: Cavalcanti et al. (2015).

	Turista	Negócios	Estudante	Permanente
<b>2010</b>	192	3	151	0
<b>2011</b>	337	14	102	0
<b>2012</b>	382	11	16	1.405
<b>2013</b>	611	3	21	5.186
<b>2014</b>	302	0	31	6.994
<b>2015</b>	521	1	27	17.750
<b>2016</b>	188	9	3	9.063
<b>Total</b>	<b>2.533</b>	<b>41</b>	<b>351</b>	<b>40.398</b>

Tabela 1: Principais vistos emitidos pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe: 2010-16.

Fonte: Divisão de Imigração – Itamaraty (MRE). Solicitação pessoal via Lei de Acesso à Informação.

Há uma leitura comum que expõe o país, tanto no plano doméstico quanto no internacional, como um lugar (i) *pacífico* – “o Brasil é um país tranquilo, não tem guerra como nos Estados Unidos, que todo dia tá indo fazer guerra [...] País que não gosta de guerra, todo mundo vem, fica tranquilo, pode andar na rua sem problema, sem muito bandido”<sup>12</sup> –, (ii) *estável politicamente* – “[o Haiti tem] um problema político [...], não guerra civil, mas um problema político muito urgente... tem muita violência no Haiti. Por isso eu vim pro Brasil, se você fica na rua [lá], matam pessoas. [Há um] problema político muito sério. [...] [No] Brasil, não tem isso”<sup>13</sup> – (iii) e com *uma economia sólida*, geradora de empregos – “vim pro Brasil porque meu irmão me disse: ‘Marcos, aqui tem muito trabalho, oportunidade... as coisas são melhores’”<sup>14</sup>. Há, em suma, a reprodução de uma narrativa que constrói o Brasil enquanto um país tolerante, “aberto” à diferença e aos “estrangeiros”, sem *tanta* violência – em comparação ao Haiti – política e/ou criminosa e com maiores possibilidades econômicas. Ressoam, então, em muitas partes, o discurso do coronel: o país aberto e tolerante com a diferença e, pois, com os estrangeiros – identidade assumida pelos próprios haitianos. De modo geral, essas razões somadas à presença de familiares no país – a importância das redes de contatos é vital<sup>15</sup> – e a relativa facilidade de entrada no país foram o apontado para a escolha do Brasil como destino de imigração. Não obstante, outros fatores também exerceram/exercem atração nos sujeitos migrantes em relação ao Brasil ou a uma concepção específica de brasilidade: música, carnaval, futebol, sociabilidade dos brasileiros etc.

### Sociabilidades afetivas e discriminação

Um fator positivo apontado por parte dos migrantes era a boa relação afetiva que diziam possuir com brasileiros – ou, de modo mais preciso, com *alguns* brasileiros. Entretanto, esse fator não é de modo algum unânime, posto que encontrei sujeitos que diziam não ter relação afetiva *nenhuma* com a população local, mesmo já estando aqui por um período de tempo superior a três anos. Magalhães (2017), ao conduzir sua pesquisa em Balneário Camboriú (SC), encontrou uma realidade similar, porém com maior número (95) de entrevistados. Em suma, “quase um terço do grupo analisado mantém-se segregado, ou seja, vinculados apenas entre os demais membros da comunidade migrante – e sem relacionamento com brasileiros” (MAGALHÃES, 2017, p. 231), o que é em si preocupante.

12 Entrevista concedida em 9 de maio de 2017.

13 Entrevista concedida em 23 de maio de 2017.

14 Entrevista concedida em 18 de abril de 2017.

15 Outras pesquisas sobre migração haitiana também identificaram o papel das redes sociais ou de contatos como fundamental na catalisação do processo migratório, vide Araujo (2015) e Magalhães (2017). Ao que parece, há a inserção definitiva do Brasil nas rotas de imigração haitiana, as quais remontam há mais de um século, e que, nos termos de Durham (1978), constituem uma *tradição migratória* – o Haiti é um país de migrantes (COSTA, 2016, p. 8; COUPEAU, 2008, p. 1). Sendo assim, é possível que o Brasil assuma a centralidade das rotas dessa tradição, graças à consolidação das redes sociais haitianas em seu território, caso haja uma retomada do crescimento econômico e do emprego no país somada à manutenção do atual enrijecimento da tolerância à migração nos países desenvolvidos.

Não há evidência que sustente a hipótese que estou prestes a levantar além do observado durante meu trabalho etnográfico e do revelado a mim durante as entrevistas, mas me parecia que duas variáveis são centrais na compreensão do processo de construção de laços afetivos com brasileiros: conhecimento da língua portuguesa e faixa etária. Todos os entrevistados que afirmaram possuir boas relações afetivas com brasileiros tinham domínio da língua, assim como possuíam idade entre 20 e 40 anos. Ainda, também coincidiu – ou não – de estarem sempre em grupos de três ou mais migrantes, enquanto os cinco migrantes que me afirmaram não ter relações afetivas com brasileiros estavam mais isolados no pátio da Missão, sozinhos ou acompanhados de apenas mais uma pessoa.

No que tange à discriminação, também encontrei apenas um contingente pequeno, dois, de migrantes que afirmaram tê-la sofrido, apesar de parte considerável dos demais admitir que ela possa ocorrer com *outros* migrantes, mas sempre negando que tenha ocorrido com eles:

Não sei se tem [discriminação contra haitianos], mas pode [ser] que tem; pode ser, mas eu não encontra isso, você sabe [que] em qualquer país você encontra gente que é bom e encontra também gente que é mal, mas para mim, perto de minha casa, para mim, todos os meus amigos brasileiros, minha amiga brasileira, tudo bem comigo... [eu] *nunca achou gente assim racista aqui não, falar coisa mal de mim, pode ser que tem, mas eu não encontra... não sei se tem outro haitiano que encontra isso, mas eu não.* [...] Nunca encontrei um brasileiro que me trate mal... eu tô falando, eu não sei se tem, mas eu nunca encontrei um brasileiro que me tratou mal, é sempre “João, você tá bem? Tá tudo bem com você?”. Por exemplo, perto de minha casa, eu tenho um amigo brasileiro que ele me liga, liga para mim e “fala João, onde você tá? Tá tudo bem? Você tem comida hoje para comer?” Se eu não tem comida, ele fala para mim falar pra ele que eu não tem comida e ele compra comida para mim, sempre encontrar um amigo brasileiro que não é mal comigo, não<sup>16</sup>.

A negação da discriminação e seu *porquê* é o aspecto central desse trabalho. Ambicionamos abordá-la com mais corpo doravante e traçar uma possível explicação para sua ocorrência nas páginas seguintes: ela seria utilizada enquanto estratégia de resistência por parte dos migrantes.

## A questão da discriminação

Quando conversava informalmente com moradores locais, trabalhadores e/ou transeuntes – doravante denominados em conjunto de “locais” – da região do Glicério e comentava sobre a questão do crescente número de migrantes haitianos nas últimas décadas, três fatores, de certa forma, sempre estavam presentes em suas considerações: a cor de pele, a discriminação que sofrem e a percepção de “invasão” da região por parte dos migrantes. Isso era um tanto quanto curioso. Considerando que etnia, ser lido como “invasor” e sofrer discriminação são três variáveis que se entrelaçam, é importante lê-las com atenção e em conjunto.

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2017.

A cor da pele, o *preto*, é o estigma que os haitianos carregam consigo desde que deixam seu país natal. “Me tornei preto aos 19 anos de idade”, me disse um haitiano, referindo-se a quando chegara ao Brasil. Literalmente, marcada em seus rostos, sua cor lhes insere num complexo amálgama de relações sócio-raciais do país onde há racismo *sem haver racistas*. Ser negro, no Brasil, significa ter as probabilidades de acesso ao ensino superior reduzidas em muito, as quais caem ainda mais caso o negro em questão seja pobre – mesmo se em comparação a seus pares brancos (LIMA; PRATES, 2015). Ainda, significa, em média, ganhar menos do que os brancos, posto que, como Silveira e Muniz (2014) demonstram, a cor da pele, no âmbito intrametropolitano, tem maior impacto nos ganhos auferidos do trabalho do que a localização residencial geográfica dos indivíduos na metrópole; assim como significa estar inserido numa lógica que favorece sua própria segregação socioespacial, a qual, em si, age como mecanismo reprodutor das desigualdades que a ela dão origem (*ibidem*). Isso para falar *apenas* de educação, renda e moradia, sem entrar no mérito de outros constrangimentos estruturais. Todavia, tais migrantes não só são negros, porém, obviamente, também *haitianos*; mas mesmo que não fosse uma informação óbvia, a maneira com que os locais os retratavam não poderia deixar-me esquecê-lo. As próprias expressões utilizadas não raro para referir-se à migração – “invasão”, “onda” etc. – assim como a constante marcação dos sujeitos migrantes enquanto *estrangeiros* – palavra mais usada, tanto pelos migrantes, quanto pelos não migrantes, para caracterizar os haitianos – indicam que, além de negros, tais indivíduos são lidos como negros *de fora*. Estranhos a serem assimilados. Acoplada a essa percepção – ou melhor, constatação –, os sujeitos locais me contavam sobre como “nem sequer consegu[uiam] imaginar o preconceito sofrido por esses haitianos”. Era inegável, então, que para a população brasileira vivendo junto aos migrantes *há* discriminação contra eles. Apesar de, via de regra, os locais negarem praticar qualquer tipo de discriminação contra os migrantes – como é a norma no Brasil –, sempre reconheciam que ela existia. A situação era um tanto quanto inusitada.

Os haitianos negavam sofrer discriminação, ao passo que os locais atestavam a sua existência. Em outras palavras, as vítimas negavam a violência a que são submetidas, enquanto seus agressores a reconheciam. A inquietação advinda desse aparente paradoxo foi forte e, então, conduziu a que se estabelecesse o recorte da discriminação para ser a questão central desse trabalho, que será analisado a seguir, entrelaçando-se as narrativas trabalhadas nessa seção.

## **A QUESTÃO DA DISCRIMINAÇÃO: A NEGAÇÃO DO INEGÁVEL ENQUANTO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA**

A fronteira é, mais do que uma delimitação geográfica ou um estatuto jurídico, uma experiência vivenciada diariamente pelo migrante (JOHNSON, 2017). Ao adentrar

em um novo país, o migrante está sujeito a seus códigos e particularidades sociais, os quais, frutos de uma luta por classificação e reconhecimento, determinam as práticas dos indivíduos desse país em específico e atuam como contínua marcação de seu estatuto de estrangeiro. A fronteira, então, é também um ato de conhecimento, poder simbólico, firmada no reconhecimento, e que possibilita a existência do que enuncia – a nação (BOURDIEU, 2014b). Ela produz o Outro continuamente ao mesmo tempo em que é fruto dessa produção.

Desta forma, os migrantes encontram a fronteira todo dia, cotidianamente. Ela pode se materializar de múltiplas maneiras em sua realidade social, todavia estando sempre relacionada à posição do sujeito em um determinado sistema de classificação e, pois, em um determinado espaço social. Sabendo que toda disputa sociopolítica se dá pelo reconhecimento em ou de um determinado sistema de classificação (cf. HONNETH, 1995) afirmar que essa é a origem da fronteira que separa os migrantes – o *estrangeiro* – dos locais não é de modo algum trivial. Os migrantes, por sua própria condição, já chegam à sociedade receptora em uma posição relativa inferior a seus anfitriões, muitas vezes em condição de subalternidade, ou seja, em termos gramscianos (cf. SPIVAK, 2010), *sem poder falar* (JOHNSON, 2016) nas duas acepções do termo, isto é, tanto por não dominarem o idioma quanto por não serem ouvidos. Além disso, ainda têm que agir de modo a constituir estratégias visando atingir as condições necessárias para que possam ali reproduzir sua vida da melhor forma possível. Mal posicionados na hierarquia social e, pois, subalternos, as estratégias construídas por eles fortemente refletem sua posição estrutural e as dinâmicas de violência simbólica a que estão submetidos.

Defendo, então, a hipótese que a negação da discriminação por parte dos haitianos se constitui enquanto uma *estratégia*, no sentido bourdieusiano da palavra, de resistência às dificuldades que se impõem durante o processo migratório. Em outras palavras, em assuntos sensíveis, “eles [migrantes entrevistados] dizem o que acham que você quer ouvir”, conforme me relatou um migrante haitiano apresentado por um colega com quem esse migrante possuía vínculos afetivos de longa data, ou seja, tentam evitar qualquer tipo de *constrangimento*, nos termos de Goffman (2011) [1967] – isto é, que se quebre a corrente de expectativa social que liga os dois lados de uma interação. Inteligentes, mas vulneráveis, os migrantes optam por omitir o que vivenciam de modo a evitar que sejam mal vistos pela sociedade receptora. Na série de entrevistas que realizei no pátio da Missão Paz<sup>17</sup>, apenas um migrante – o outro foi em um encontro privado organizado por um amigo – me confirmou verbalmente a existência de discriminação no Brasil, mas, mesmo assim, depois de num primeiro momento tê-la negado:

Aqui nunca fui [discriminado], aqui todos os brasileiros querem ficar comigo, pergunta[m] se tá tudo bem. Aqui, eu sei, não tem discriminação, discriminação de preto e branco, senão você paga na justiça... (silêncio) mas aqui tem muita

---

17 10 entrevistas completas, junto a outros 18 contatos informais e entrevistas interrompidas pela metade.

discriminação, eu... pessoa[!] não fala, mas tem muita discriminação no Brasil, você sabe: você é brasileiro. Não fala, mas tem muito, é mais disfarçado<sup>18</sup>.

A grande maioria, no entanto, se recusava a “falar mal do Brasil”.

Brasil, Brasil é difícil. Sempre tem alguém que tá vivendo bem, entendeu? Eu não vou falar mal pra ninguém do Brasil. Se quiser vir, vem. No fim, tudo vai depender de Deus. Não, não vou falar mal do Brasil, em nenhum momento<sup>19</sup>.

É curiosa a situação que levou à virada no discurso do único migrante que, na Missão Paz, confessou sofrer discriminação. Jovem, simpático e muito amigável, desde o primeiro contato, foi muito gentil comigo. Durante a entrevista, ríamos, enquanto ele me contava casos de sua vida pessoal e de sua trajetória no Brasil, tudo muito fluidamente: até essa pergunta. De início, começou a responder reproduzindo o mesmo que já tinha ouvido de seus pares, a negação da discriminação, sem sequer me olhar nos olhos, até que, depois de um momento de silêncio, voltou atrás e decidiu contar-me que não só há discriminação, mas como há “muita” e “disfarçada”.

Não é nem um pouco exagerado supor que os migrantes, além do apercebido durante sua estada no Brasil, já haviam internalizado, desde o Haiti, um determinado discurso sobre o país, o contido na fala padrão dos missionários, expresso pelo mito da democracia racial propagado pelo Cel. Ramires, comandante do centro que forma os soldados e parte dos civis que atuarão na Missão. Se “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito” é porque tem vergonha, e certamente é compreensível que os migrantes, em sua posição, não queiram relembrar-lhes as suas mazelas sociais. Pensemos: além de haitianos, são negros em um país cujas marcas do racismo são tão profundas que eu poderia gastar uma página inteira apenas com uma nota de rodapé composta por referências confirmando-as. É ainda válido relembrar que, na mesma cidade de São Paulo, onde conduzi as entrevistas, cerca de dois anos antes de meu campo, seis haitianos foram baleados aos gritos de “haitianos, vocês roubam nossos empregos!”<sup>20</sup>, assim como do caso do assassinato, igualmente motivado por ódio racial/xenóforo, de um trabalhador naval haitiano, Fetiere Sterlin, em Santa Catarina<sup>21</sup>. Sendo assim, podemos observar que a negação da discriminação por parte dos entrevistados pode ser descrita como espécie de negação do inegável, ao passo que é totalmente compreensível dada sua posição na estrutura social.

Acredito que o migrante, simbolicamente desterritorializado e desenraizado, lançado à vida em um país estrangeiro, subalterno e mal posicionado no atual sistema de classificação, se priva de atestar a violência que sofre, de modo a evitar tanto constrangimento quanto potencial retaliação de quem não reconheça legitimidade em sua

18 Entrevista realizada em 9 de maio de 2017.

19 Entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2017

20 “Seis imigrantes haitianos são baleados em São Paulo”. *Carta Capital*, 8 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/seis-imigrantes-haitianos-sao-baleados-em-sao-paulo-9027.html>> Acesso em 01/08/17.

21 “O corpo de Fetiere, negado três vezes”. *El País*, 24 de outubro de 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/24/internacional/1445714487\\_314367.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/24/internacional/1445714487_314367.html)>. Acesso em 01/08/17.



fala, assim como de modo a evitar potenciais entraves a seu processo de aceitação social. Sendo assim, a compreensão do impacto que minha posição de pesquisador desempenha nos sujeitos têm papel central – a qual, pela própria assimetria advinda das diferentes posições na hierarquia social, pode ser instrumento de violência simbólica (BOURDIEU, 1997, p. 716) [1993].

Por mais que tentasse construir uma atmosfera confortável para o entrevistado, em apenas uma hora, no momento em que acabamos de nos conhecer, não creio que as condições – e a perícia do pesquisador – tenham sido suficientes para tal. Eles dizem o que escolhem dizer, e essa escolha é fruto da análise que o entrevistado faz do entrevistador. Sou brasileiro, mais claro que todos eles – apesar de ser pardo –, universitário, jovem etc. e todas essas características são lidas por eles, assim como as deles são, por mim, lidas. Não há fluxo de mão única: ao tomá-los como objetos de conhecimento, eles também o fazem comigo – como em qualquer interação. Portanto, a leitura que fazem da minha posição evidentemente influencia no que vão escolher para me contar. Talvez, então, por essa leitura que fazem de mim, acreditem que eu vá preferir ouvir que não há discriminação, que o Brasil deles, a semelhança do Brasil do Cel. Ramires, não possui tensões raciais – nem xenóforas.

Como contraponto à minha hipótese, poder-se-ia argumentar que há a possibilidade de a grande maioria dos haitianos entrevistados de fato não se sentir discriminada uma vez em território brasileiro. As tensões raciais no Brasil são mais sutis e “disfarçadas” que nos Estados Unidos ou na República Dominicana, por exemplo, os dois maiores receptores de imigrantes haitianos do mundo. Desta forma, seria possível que os migrantes, comparativamente, não sentissem discriminação, pelo menos não com a carga semântica que a palavra supostamente possuiria, mais atrelada a suas experiências.

Entretanto, não é o que sou levado a crer. Os dois haitianos com quem conversei e com quem consegui construir a maior situação de confiança me afirmaram haver, sim, *muita* discriminação, ainda que *disfarçada*. Com os demais, apesar de terem negado sofrer discriminação, sua postura, de certa forma, os contradizia. Em quase todos os casos, quando a pergunta surgia – sempre em um fluxo, após o migrante me contar sobre dificuldades que enfrentava em São Paulo – havia constrangimento, o entrevistado não esperava que eu fizesse essa pergunta: o olhar se desviava, a postura corporal se retraía, a fala ficava mais pausada. Se há constrangimento ao falar de discriminação é porque não é um assunto do qual se possa falar livremente – ou seja, ela atua como um tabu. *E não há como haver tabu do inexistente*.

Não é só por isso, todavia, que sou levado a crer na existência de discriminação. O haitiano que me dissera que os entrevistados diriam o que achassem que quero ouvir é amigo de longa data de um amigo, também pesquisador. Por isso, fomos apresentados. Esse rapaz, muito articulado, milita desde que chegou ao Brasil por melhores condições para os haitianos. Inicialmente, residia em Santa Catarina, mas, por considerar ter pouco

horizonte no estado, veio a São Paulo. Aqui, junto com outros colegas haitianos, esse rapaz fundava a União Social dos Imigrantes Haitianos, organização que pretendia agir como um ponto de contato entre a comunidade e como instrumento para “restaurar a dignidade” de alguns migrantes. Muitos, contou-me ele, acabam adquirindo problemas mentais ou vícios devido à falta de oportunidades e de espaços de acolhida num sentido mais do que físico: cultural. Nas palavras desse migrante, não pretendem retratar-se como “coitadinhos”, pois não o são; querem realizar ações para ajudar a comunidade haitiana, mas, para isso, precisam ter como fazê-lo. “Resistem”, novamente nas palavras do jovem, e vão continuar “resistindo” às intempéries e dificuldades do processo migratório, dentre as quais está a discriminação, em parte, causa dos problemas psicológicos que muitos migrantes enfrentam. Para que fundar uma associação – ou melhor, *união* – se tudo está bem e não há discriminação?

Sendo assim, identificamos duas abordagens distintas em relação ao problema da discriminação que, cada uma com sua particularidade, são adotadas pelos migrantes estudados. A primeira consiste na sua negação de modo a evitar constrangimento e potenciais entraves a seu processo de aceitação social; a grande maioria dos entrevistados parece recorrer a essa. Já a segunda é a abordagem da União, mais *positiva* – no sentido da ação –, construindo espaços em que o migrante possa edificar vínculos de solidariedade com os demais e obter apoio quando necessário, de modo a mitigar as mazelas que recaem sobre seus pares. A primeira parece dizer respeito à esfera individual; enquanto a segunda, à pública.

## CONCLUSÃO

Toda migração é um fenômeno multifacetado e carrega consigo inúmeros matizes diferentes. Nenhum migrante é igual a outro, apesar do fenômeno migratório tender a apagar distinções e diferenças por meio de violência simbólica. Sendo assim, o seu estudo se faz imensamente pertinente, assim como das dificuldades, estratégias e dinâmicas com que se confrontam os sujeitos migrantes. A partir dessa contextualização, ambicionei construir uma exposição do trabalho de campo que conseguisse retratar os principais pontos de recorrência da fala dos migrantes, tendo como foco o recorte da questão da discriminação, eixo central desse trabalho. Por fim, explorar minha hipótese para explicar a *negação do inegável*, isto é, da própria discriminação por parte dos migrantes. Esses sujeitos negavam a realidade que vivenciavam visando não confrontar um discurso estabelecido, que retrata o Brasil enquanto país livre de tensões raciais – a democracia racial –, o qual internalizam previamente e veem como legítimo. Em outras palavras, *negam a discriminação para evitar criar situações de constrangimento com a sociedade receptora*, prevenindo-se de serem (mal) vistos enquanto *coitadistas* ou ingratos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriano A. A. (2015). **Réve de Brésil**: a inserção de um grupo de haitianos em Santo André. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, SP.

BOURDIEU, Pierre (1994). **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit.

\_\_\_\_\_ (coord.) (1997). **Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_ (1999) et al. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2014). "Introdução a uma Sociologia Reflexiva" in **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (2014a). "Sobre o Poder Simbólico" in **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (2014b). "A Identidade e a Representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região" in **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (2014c). "Le mort saisit le vif. As relações entre a História Reificada e a História Incorporada" in **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (2014d). "A gênese dos conceitos de habitus e campo" in **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (2015). "Condição de Classe e Posição de Classe" in **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.

CAVALCANTI, L et al (2015). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Anuário 2015**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

COSTA, Gelmino (2016). Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. **Cadernos de migração – 8**. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios.

CORREA, Mariana Almeida Silveira et al (2015). MIGRAÇÃO POR SOBREVIVÊNCIA: SOLUÇÕES BRASILEIRAS. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 23, n. 44, p. 221-236, June 2015.

COUPEAU, Steve (2008). **The History of Haiti**. Westport & London: Greenwood Press.

DURHAM, Eunice (1978). **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva.

GIRARD, Phillipe R (2005). **Paradise Lost**: Haiti's Tumultuous Journey from Pearl of the Caribbean to Third World Hot Spot. New York: Palgrave Macmillan.

GOFFMAN, Erving (2011). "Constrangimento e organização social" in **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes.

HELMAN, Gerald B.; RATNER, Steven R. (1992). Saving Failed States. **Foreign Policy**, [s/l], n. 89, winter 1992-1993.

HIRST, Mônica; NASSER, Reginaldo M (2014). "Brazil's involvement in peacekeeping operations: the new defense-security-foreign policy nexus". **NOREF Report**, september 2014.

HANDERSON, Joseph (2015). **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

HONNETH, Axel (1995). **The struggle for recognition: the moral grammar of social conflict**. Cambridge, MA: MIT Press.

JOHNSON, Heather L. (2016). "Narrating Entanglements: Rethinking the Local/Global Divide in Ethnographic Migration Research". **International Political Sociology**, [s/l], v. 10, n. 4 [p. 383-397].

JOHNSON, Heather L (2017). Apresentação. **Borders, boundaries, frontiers**. IPS Winter School/IRI PUC-Rio. Rio de Janeiro, 6 de julho de 2017.

KOSER, Khalid (2007). **International Migration: A Very Short Introduction**. New York, NY: Oxford University Press.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian (2015). "Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente" *in* ARRETCHE, Marta (org). **Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora UNESP.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (2017). **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CEL. RAMIRES (2017). Apresentação. **Brasil e as Missões de Paz da ONU** (workshop). NUPRI-USP/CCOPAB. São Paulo, 30-31 maio de 2017.

REDIN, Giuliana; BARBOSA, Juliana Graffunder (2014). "Da Segurança Internacional a Segurança Humana: implicações do instituto jurídico do refúgio e o caso da política externa bilateral Brasil-Haiti na questão migratória." **Boletim Meridiano** 47. v. 15, n. 141, p. 10-17, jan/fev 2014.

SAYAD, Abdelmalek (1998). **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_ (2000). "O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante". **Travessia – Revista do Migrante**, ano XIII (número especial), pp. 7-32.

SILVEIRA, Leonardo; MUNIZ, Jerônimo (2014). Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 16, n. 31, jun 2014 [p. 265-289]

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizagem 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 123

Assentamentos humanos 32

### B

Bem viver 78, 79, 80, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98

### C

Capital social 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29

Comunicação 12, 34, 36, 66, 73, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Cooperação 12, 66, 68, 70, 71, 73, 74, 89, 92

### D

Democracia 1, 10, 18, 20, 22, 24, 29, 32, 53, 54, 60, 63, 93, 94, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 113, 114

Desigualdades 3, 16, 32, 58, 64, 76, 98, 111, 112, 114

Direitos 1, 13, 72, 78, 80, 91, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 117, 122, 123

Direitos humanos 1, 13, 72, 78, 80, 91, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 122, 123

Discriminação 47, 48, 49, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

### E

Economia circular 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Economia linear 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 92, 93, 96, 97

Ensino superior 58, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 123

Equações estruturais 30, 37, 38, 45

Exclusão digital 100, 101, 110, 111, 112, 113

### G

Gestão social 30, 31, 42

Globalização 1, 3, 10, 69, 80, 81, 82, 98

### H

Haiti 47, 48, 52, 53, 54, 56, 60, 64, 114, 117, 118

### I

Identidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 47, 54, 56, 63, 98, 116

Identidade social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 13

Igualdade 7, 76, 100, 101, 102, 110, 112

Individualização 1, 2, 3, 7

## **J**

Jovens 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 70, 77

## **M**

Migrações 30, 49, 63, 114, 115, 116, 117, 121, 122

MINUSTAH 47, 48, 52, 53

## **P**

Periferias 120

## **R**

Raça 3, 4, 11

Racismo 47, 58, 60

Redes 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 56, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 98, 100, 107, 108, 109, 111, 115, 118, 120, 121, 123

Resistência 3, 6, 8, 47, 49, 57, 59, 75, 120

## **S**

Spinoza 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

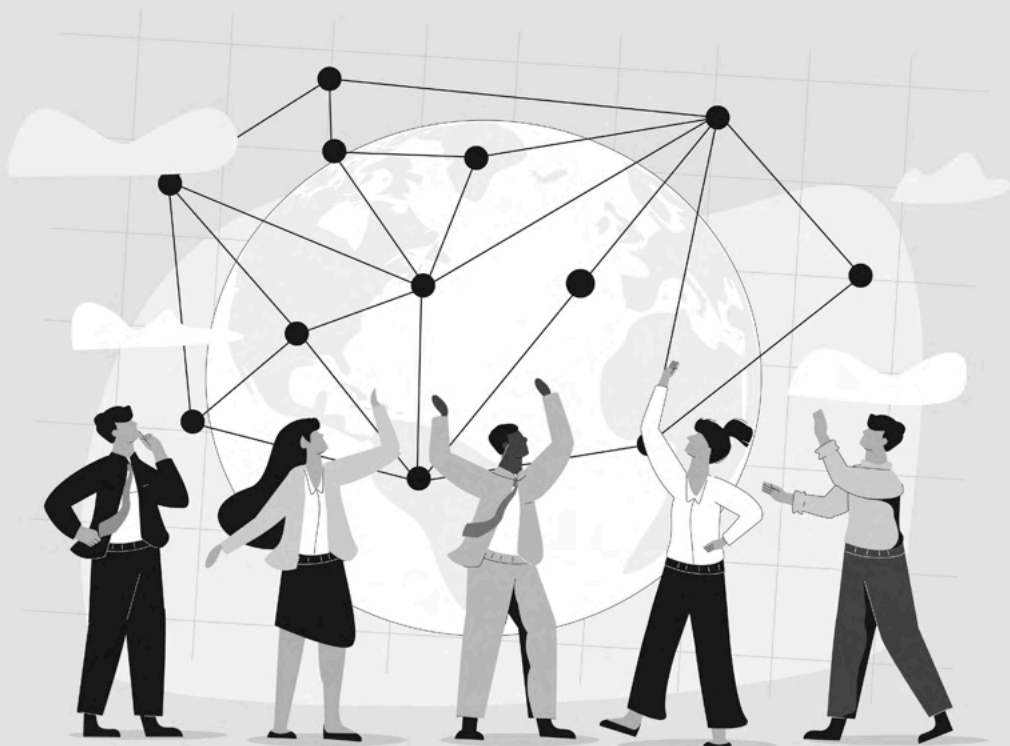
Stakeholders 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77



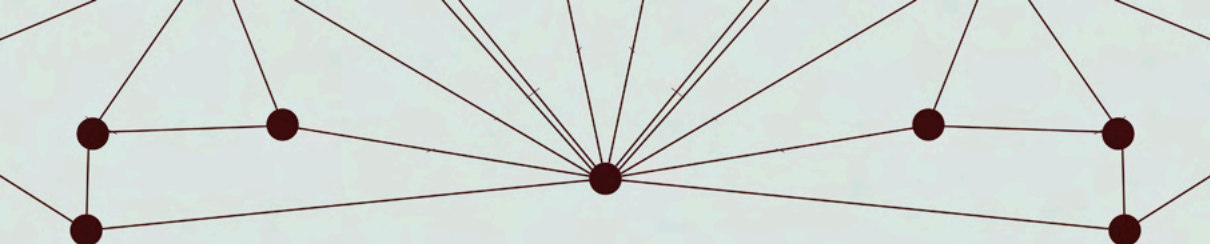
🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade



**Atena**  
Editora  
Ano 2022



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade

